



EDITORIAL

Comemorando seu terceiro ano de publicação, a Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade (RRDDIS) se consolida cada vez mais como uma ferramenta essencial para o registro e a difusão do pensamento jurídico e interdisciplinar. Focada na Sociedade Informacional, nas novas tecnologias e na propriedade intelectual, a revista continua a cumprir sua missão de divulgar a pesquisa e a produção científica das comunidades brasileira e internacional, formando uma rede de pesquisadores e especialistas com objetivos em comum.

Este sucesso é partilhado com o Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (PPGD-UFPR). Esse impulso é também apoiado pelo Instituto Observatório do Direito Autoral (IODA), uma associação científica sem fins lucrativos inserida na área do Direito da Propriedade Intelectual no Brasil, com o suporte internacional da Rede Iberoamericana de Propriedade Intelectual (RIAPI).

A partir deste fascículo, a RRDDIS passa a constar formalmente no rol de publicações da Biblioteca Digital de Periódicos da Universidade Federal do Paraná (BDP-UFPR), reforçando seu vínculo acadêmico com a UFPR e solidificando sua institucionalização. Paralelamente, a revista reafirma seu compromisso com a excelência, priorizando a exogenia e a internacionalização ao reunir artigos e trabalhos de instituições do Brasil e do exterior.

O primeiro artigo desta edição é sobre “Direitos Autorais & Machine Learning: A Liberdade de Prospeção de Textos e Dados”, de **Alexandre**

Libório Dias Pereira, discute a introdução de uma nova exceção no direito autoral para a prospecção de textos e dados com fins de investigação científica, aplicada a organismos de pesquisa e entidades culturais. Esta exceção é mandatória e não permite cláusulas contrárias ou proteções técnicas que a impeçam. Além disso, há uma exceção supletiva para outros fins, incluindo programas de computador. O artigo analisa as implicações do novo regime de direitos autorais da União Europeia sobre a inovação em inteligência artificial, questionando se ele amplia ou restringe a liberdade de inovação neste campo.

O segundo artigo “Direito Autoral & Inteligência Artificial: Aplicação da Legislação Brasileira às Produções Artísticas, Científicas e Culturais Criadas por Ferramentas de Inteligência Artificial” de **Maria Cristina Angelim Barboza, Renato Kim Barbosa e Isabella Cristina Pereira**, examina como a legislação brasileira se aplica às obras artísticas, científicas e culturais geradas por sistemas de inteligência artificial. A discussão aborda os desafios legais e as implicações para a proteção dos direitos autorais, considerando o crescente uso de IA na criação de conteúdo e a necessidade de atualização das normas jurídicas para acompanhar as inovações tecnológicas.

O artigo “Proteção Autoral das Obras de Design na União Europeia Após o Acórdão Cofemel” de **Maria Victória Rocha**, analisa as implicações do acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia no caso Cofemel para a proteção de obras de design. O estudo esclarece que, na UE, nem todas as obras de arte aplicada, desenhos, modelos ou obras de design podem receber proteção cumulativa pelo direito de autor, sendo necessário que sejam qualificadas como “obras”. Além disso, o acórdão harmoniza o conceito de “obra” na União Europeia, estabelecendo a originalidade como critério fundamental para a proteção autoral, sem a exigência de requisitos adicionais para obras de arte aplicada, desenhos ou modelos, ou obras de design.

Na segunda parte da RRDDIS, abordamos as novas fronteiras dos direitos intelectuais, examinando de forma aprofundada os desafios e oportunidades que emergem no cenário global contemporâneo.

Assim, inauguramos com o artigo sobre “*Prompts de la Inteligencia Artificial Generativa y su posible protección por la Propiedad Intelectual*” de **Beatriz Bugallo Montaño** explora a possibilidade de proteção dos prompts utilizados em sistemas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) pelo Direito de Propriedade Intelectual. Os prompts, textos literários inseridos como inputs nos aplicativos de IAG, resultam em diversas criações, como obras literárias, visuais e audiovisuais. Dada a sua crescente importância, o estudo investiga se esses prompts podem ser protegidos como expressões literárias sob o Direito Autoral ou até mesmo como expressões marcas, considerando sua originalidade e funcionalidade.

Na sequência temos o artigo “Inteligência Artificial e Diversidade: Vieses Algorítmicos, Soberania de Dados e Perspectivas para a Promoção e Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro,” de autoria de **Maria Helena Japiassu Marinho de Macedo** e **Marcos Wachowicz**, examina a interseção entre direitos culturais e inteligência artificial (IA) no Brasil, com ênfase na diversidade. Partindo da premissa de que a IA influencia as relações sociais contemporâneas de diversas maneiras, o estudo apresenta elementos conceituais da IA, contextualiza seu uso no Brasil e identifica os direitos culturais protegidos pela Constituição Federal brasileira.

Na terceira parte da RRDDIS, abordamos temas sobre a Inovação, Direito Digital e Tecnologia, com o artigo “*Neuroderechos en Chile, entendido como el derecho a seguir siendo humanos*,” de **Marcelo E. Huerta Miranda** e **Alejandro Castaño Bedoya**, oferece uma revisão crítica sobre a introdução dos neurodireitos na reforma da Constituição chilena. A pesquisa argumenta que a conceptualização desses direitos deve considerar a lógica normativa dos novos direitos humanos de terceira geração, surgidos com a evolução das tecnologias e suas implicações na preservação da essência humana. O estudo analisa o contexto normativo e as implicações da futura legislação sobre neurodireitos no Chile.

O artigo de **Amanda Louise Negri** e **Luís Alexandre Carta Winter** examina as limitações da regulamentação da tecnologia de reconhecimento facial na prevenção da discriminação algorítmica. A pesquisa destaca que, apesar dos esforços regulatórios na Europa e das iniciativas de regulamentação da IA no Brasil, a tecnologia ainda exibe vieses demo-

gráficos significativos. O estudo analisa se os projetos legislativos brasileiros, como o Anteprojeto da LGPD penal e o Marco Legal da Inteligência Artificial, são eficazes no enfrentamento dessas disparidades, utilizando um método dedutivo para avaliar a capacidade dessas propostas em mitigar a discriminação algorítmica.

Na terceira parte da Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade (RRDDIS), intitulada “Estudos de Caso, Jurisprudência e Legislação”, oferecemos uma análise aprofundada de como as questões jurídicas contemporâneas são abordadas em diferentes contextos legais. Esta seção proporciona uma visão crítica sobre a aplicação prática da legislação e das decisões judiciais, examinando casos emblemáticos e suas implicações para o campo dos direitos digitais e da propriedade intelectual. Através de estudos de caso e análises jurisprudenciais, buscamos iluminar as tendências atuais, os desafios emergentes e as evoluções legislativas que moldam o panorama jurídico global e nacional.

O artigo “*Gestión Colectiva del Derecho de Autor y los Derechos Conexos: Mejores Prácticas para Supervisar la Gestión Colectiva*”, de **Vanisa Santiago**, examina as melhores práticas para a supervisão da gestão coletiva de direitos autorais e direitos conexos. O estudo enfoca a importância de garantir a transparência e a eficiência na administração dos direitos por organizações coletivas, abordando a necessidade de uma supervisão eficaz para proteger os interesses dos titulares de direitos e promover uma gestão justa e equitativa. A análise destaca diretrizes e estratégias para aprimorar a supervisão e garantir o cumprimento das normas internacionais e locais nesse campo.

O artigo “*Jurisprudência Europeia – Anotações sobre a Competência dos Tribunais em Casos de Violação de Marca Online por Publicidade em Buscadores: Decisão do Tribunal de Justiça no Caso C-104/22*”, de **Rodrigo Otávio Cruz e Silva**, analisa a sentença do Tribunal de Justiça da União Europeia proferida em 27 de abril de 2023. O estudo discute a interpretação do Regulamento (UE) 2017/1001 sobre a marca da União Europeia à luz do caso C-104/22, originado de uma petição de decisão prejudicial do Tribunal de Comércio da Finlândia. O artigo explora as implicações desta decisão para a competência jurisdicional em casos de infração de marca online envolvendo publicidade em motores de busca.

A quarta parte da revista RRDDIS, intitulada “Resenhas e Outros Estudos”, apresenta uma seleção criteriosa de análises críticas e discussões aprofundadas sobre obras recentes e temas emergentes no campo do direito digital, propriedade intelectual e sociedade informacional. Esta seção é dedicada a resenhas de livros, artigos e estudos que trazem contribuições significativas para o debate acadêmico e profissional, promovendo uma reflexão crítica e inovadora sobre as novas fronteiras e desafios do direito na era digital. Além disso, outros estudos complementam a seção, proporcionando uma visão abrangente e multifacetada das questões contemporâneas que impactam a sociedade e o direito.

A obra “Direito Autoral e Inteligência Artificial: Autoria e Titularidade nos Produtos da IA” de Luca Schirru, baseada em sua pesquisa de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, é resenhada por **Luciana Reusing**. Publicada em 2023 pela Editora Dialética, a obra aborda de maneira inovadora a interseção entre o direito autoral e as tecnologias de inteligência artificial (IA).

A profundidade e a pluralidade dos trabalhos aqui publicados, selecionados com rigor, reafirmam o **compromisso da Revista Rede de Direito Digital, Intelectual e Sociedade (RRDDIS) em atuar com excelência no campo da pesquisa científica interdisciplinar**.

Nosso objetivo é perpetuar e enriquecer o debate, ampliando o interesse da academia e da sociedade nas temáticas da Sociedade Informacional, das novas tecnologias e da propriedade intelectual.

A RRDDIS busca ser um ponto de convergência para pesquisadores, profissionais e estudantes, incentivando a produção de conhecimento inovador e relevante.

Com a publicação destes estudos, esperamos promover um diálogo contínuo e construtivo, que contribua para o avanço científico e para a compreensão dos desafios e oportunidades apresentados pela era digital.

A todos e todas, desejamos uma leitura proveitosa e inspiradora.

Marcos Wachowicz